

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR
BIÊNIO 2016-2017

Data	01/06/2017
Horário	Das 08h30min às 12h30
Local	Sala de Reuniões da Reitoria – Porto Velho/RO

Conselheiros presentes na reunião:	1. Uberlando Tiburtino Leite	Presidente
	2. Marisa Rodrigues de Lima	Representante dos Docentes
	3. Flávio Leite Costa	Representante dos Docentes
	4. Lady Day Pereira de Souza	Representante dos Docentes
	5. Mariana de Souza Cabecioni	Representante dos TAEs
	6. Kelly Cristiane Catafesta	Representante dos TAEs
	7. Bruno Antônio Azevedo Silva	Representante dos TAEs
	8. Lara Vieira Vilela	Representante dos Discentes
	9. Jefferson Uere Pereira da Costa	Representante dos Discentes
	10. Ediverdson Rodrigues de Almeida	Representante dos Discentes
	11. Vanderley Antônio Chorobura Klein	Representante dos Egressos
	12. Diego Carlos de Oliveira Ferreira	Representante dos Egressos
	13. Osvino Schmidt	Representante do Colégio de Dirigentes
	14. Larissa Ferraz Bedôr Jardim	Representante do Colégio de Dirigentes
	15. Gilmar Alves Lima Junior	Representante do Colégio de Dirigentes
	16. Maria Goreth de Araújo Reis	Representante do Colégio de Dirigentes
	17. Dauster Souza Pereira	Representante do Colégio de Dirigentes
	18. Maria das Graças Costa Nery da Silva	Representante da Setec/MEC
	19. Wilton Marques	Representante do Sindsef/RO

Conselheiros que justificaram a ausência:	1. Moisés José Rosa Souza	Representante dos Docentes
	2. Davys Sleman de Negreiros	Representante do Colégio de Dirigentes
	3. Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos	Representante do Colégio de Dirigentes
	4. Carolina Yukari Veludo Watanabe	Representante da UNIR

Pauta	1. Abertura da reunião pelo presidente do Conselho
<p>O Presidente Conselho abriu a sessão. Ele deu as boas-vindas a todos e em especial aos Conselheiros que participam pela primeira vez da reunião do Consup/IFRO: a Prof.^a Maria das Graças, representante da Setec/MEC e o representante dos discentes suplente, Sr. Ediverdson, que assume a cadeira de titular desocupada pelo Sr. Deivid Wixi de Lana Borges, que concluiu seu curso no IFRO deixando de ser, portanto, representante dos discentes.</p>	
2. Ordem do dia:	
2.1. Ata da 15ª Reunião Ordinária, de 29/03/2017;	
O Conselho aprovou a Ata por unanimidade.	
2.2. Relatório de Gestão 2017, Relator Prof. Osvino Schmidt;	
<p>O relator apresentou em seu parecer o histórico de elaboração do Relatório de Gestão, que foi compilado a partir das informações fornecidas pelas equipes designadas pelos <i>campi</i> para este fim, com objetivo de dar</p>	

transparência à prestação de contas das ações desenvolvidas pelo IFRO no ano de 2016 tanto aos órgãos de controle quanto à comunidade em geral, de forma clara e prática. Todo o processo de construção do documento está alicerçado na legislação reguladora pelos órgãos de controle com ênfase às expedidas pelo TCU, IN TCU nº 63/2010 e a DECISÃO NORMATIVA-TCU Nº 154, de 19/10/2016 e PORTARIA-TCU Nº 59, de 17/01/2017.

A estrutura utilizada na construção do relatório obedece criteriosamente às orientações da Portaria do TCU nº 321/2016, que determina que o relatório seja apresentado em capítulos na seguinte ordem:

Elementos pré-textuais;

Capítulo 1, Visão Geral das Unidades Prestadoras de Contas - UPCs;

Capítulo 2, Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário;

Capítulo 3, Sistemas de Governança;

Capítulo 4, Relacionamento com a Sociedade;

Capítulo 5, Desempenho Financeiro e Informações Contábeis;

Capítulo 6, Áreas Especiais da Gestão;

Capítulo 7 Informações sobre a Conformidade da Gestão e Atendimento de Demandas de órgãos de Controle.

Considerando o roteiro acima apresentado e levando em conta a característica administrativa do IFRO, o Relatório de Gestão foi consolidado de forma que agrupou as informações de todos os *campi* (Unidades Gestoras) e da Reitoria. Ou seja, as 09(nove) unidades sendo 01(uma) Reitoria e 08(oito) *Campi*: Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Vilhena, e Guajará-Mirim. O relatório também elenca em seu rol de atividades desenvolvidas em 2016 a atuação do IFRO na oferta de Educação a Distância - EaD em 17 (dezesete) polos (Alta Floresta do Oeste, Buritis, Candeias do Jamari, Cerejeiras, Costa Marques, Cujubim, Espigão do Oeste, Guajará-Mirim, Jaru, Machadinho do Oeste, Mirante da Serra, Nova Brasilândia, Nova Mamoré, Ouro Preto, Pimenta Bueno, São Francisco do Guaporé e São Miguel do Guaporé). Com esta abrangência, foram atendidos em 2016, cerca de 12.000(doze mil) estudantes, nas modalidades, Presencial e EAD, em cursos de oferta continuada e cursos técnicos profissionalizantes de curta duração.

O relatório destaca, além das atividades de Ensino Pesquisa e Extensão, outras atividades que foram fundamentais para dar suporte à atividade finalística, como seguem:

- a) Celebração de Termos de Cooperação para a formação e capacitação de servidores;
- b) Realização de eventos de fomento à pesquisa e a inovação;
- c) Desenvolvimento e consolidação de ferramentas de gestão informatizada e soluções sistêmicas;
- d) Implantação e consolidação de ferramentas de controle e participação social (e-sic e e-ouv) a atuação da ouvidoria se aperfeiçoando com respostas cada vez mais rápidas;
- e) Adequação de documentos institucionais diversos;
- f) Realização de estudos e implementação de projetos de enfrentamento a evasão, retenção e ao baixo rendimento de estudantes;
- g) Consolidação e verticalização da oferta de cursos e eixos tecnológicos e a expansão da abrangência do Instituto com a instalação do *Campus* Avançado em Jaru e com as parcerias com a rede estadual para a oferta da mediação tecnológica nas escolas estaduais de Rondônia.

O Relatório de Gestão foi encaminhado ao TCU dentro do prazo estabelecido por lei, o qual já emitiu parecer com algumas correções.

Em cumprimento aos princípios que regem a Administração Pública Federal e alicerçado no compromisso da transparência das ações executadas pelo IFRO no âmbito de suas ações nas áreas do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, e com o objetivo de identificar avanços e falhas decorrentes das ações executadas pela gestão no ano de 2016, e observando as prerrogativas legais imposta pelos órgãos reguladores principalmente por meio da Instrução Normativa TCU 63/2010 que estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do TCU, nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443, de 1992, e Portaria TCU 321/2015 que dispõe sobre as orientações para a elaboração de conteúdos dos Relatórios de

Gestão e de informações suplementares referentes ao exercício de 2016, bem como sobre a operacionalização do Sistema de Prestação de Contas, conforme as disposições da Decisão Normativa-TCU 146, de 30 de setembro de 2015, o IFRO apresenta seu Relatório de Gestão do exercício de 2016 aos órgãos de controle e à comunidade em geral, de forma a relatar as práticas de gestão aplicadas no período.

As finalidades e competências de cada unidade da instituição bem como sua estrutura organizacional estão bem delineadas e as ações executadas no período em pauta estão descritas conforme dados fornecidos pelos componentes das comissões locais e divulgadas no link <http://rg.ifro.edu.br/relatorio-2016-vs-entregue/>

As ações implementadas quanto aos processos finalísticos da Instituição, Ensino, Pesquisa e Inovação e Extensão estão descritos conforme dados recebidos pela comissão central, o mesmo ocorreu para os itens inerentes a Governança, Controles Internos, Sistema de Correição, todas as informações estão tabuladas em tabelas e quadros demonstrativos em seus devidos capítulos conforme preconiza a legislação.

Os canais de Acesso do Cidadão estão em pleno funcionamento, as ferramentas de controle e gestão estão todas demonstradas e comprovadas por quadros e figuras, revelando que o IFRO está em franco desenvolvimento no que diz respeito à apropriação de ferramentas capazes de nortear a gestão com dados fidedignos em tempo real.

Os Ambientes de Atuação de cada *campus* estão descritos de forma bem clara com base nas informações emanadas das comissões locais. O documento traz um elenco de ações e metas alcançadas por cada unidade conforme o planejamento das gestões locais e relatórios de gestão individuais, os dados numéricos em sua maioria foram extraídos de sistemas de controle de gestão.

Quanto à execução financeira, os dados foram extraídos dos sistemas de controle e tabulados para a sua melhor interpretação.

Quanto à gestão de pessoas, mão de obra terceirizada, Gestão do Patrimônio e Imobiliário, Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento, Gestão do uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental de cada unidade, os dados estão claros e interpretáveis, bem como as informações a respeito de atendimento das demandas dos órgãos de Controle e as informações contábeis da Instituição são relatadas no documento.

Por fim, o relator identificou que no Relatório de Gestão Exercício 2016 traz em seus 7 capítulos um detalhamento de todas as ações executadas IFRO, ações estas atreladas às diretrizes balizadas pelo Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI). Todas as ações estão em sintonia com a missão do IFRO, que busca como condição primordial a oferta de Ensino de qualidade sob a ótica do tripé Ensino Pesquisa e Extensão, sobretudo aos que se encontram em vulnerabilidade social e econômica, assim como as ações afirmativas de ingresso e os programas de apoio ao educando que trazem em sua essência objetivos de garantir a condição de permanência dos discentes na Instituição até a conclusão do curso com nove programas dentro da assistência estudantil, e o efetivo acompanhamento dos egressos, estão claramente pautadas no relatório.

No que se refere ao cumprimento das prerrogativas impostas pela legislação concernente ao serviço público, as ações da Administração foram todas desenvolvidas sob orientação e recomendação dos setores internos de controle (Auditoria Interna e Procuradoria Federal junto ao IFRO).

Todas as ações executadas em 2016 pelos *campi* e Reitoria, atendem com fidelidade aos pressupostos pactuados no plano de ação buscando sempre responder as demandas da sociedade, dos docentes, discentes e corpo técnico, para o enfrentamento dos obstáculos e a busca dos objetivos e metas elencados pelo PDI.

As recomendações do TCU, quanto à existência de algumas inconsistências já foram corrigidas e atualizadas.

O relator deu destaque ao desenvolvimento de pesquisa aplicada, que já apresenta resultados positivos com, muitas patentes registradas em consonância com demandas da sociedade, entregando um produto.

O Sr. Gilberto Paulino da Silva, servidor da Prodin é o presidente da Comissão Central informou que as informações sobre os alunos foram retiradas do Sistec (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica); sobre os servidores do Siape (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos), e informações financeiras Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). Inicialmente, alguns indicadores precisavam ser atualizados nesses sistemas e os cálculos refeitos,

por essa razão foi retirado da pauta na última reunião deste Conselho. O relatório está dentro do prazo, podendo ainda receber propostas alterações e melhorias por este Conselho. O relatório além da finalidade de prestar contas aos órgãos de controle, eles servem de forma pedagógica à sociedade, uma vez que apresenta as ferramentas que são utilizadas no IFRO. O capítulo mais complexo é o de execução e evolução financeira, e também serve de base de pesquisa.

Diante do exposto, o Parecer do relator é favorável à aprovação.

O Prof. Uberlando apontou que o sistema de informação do IFRO está disponível, os alunos e a sociedade podem questionar e contribuir, e a sociedade deve ser incentivada a realizar a leitura deste relatório, para conhecer a atuação do instituto. O painel de indicadores do IFRO está sendo solicitado para utilização por outros órgãos e instituição. O SEI (Sistema Eletrônico de Informações) já está em funcionamento no IFRO, sendo vanguarda dentre as instituições, que ainda estão em processo de implantação. Em muitas visitas realizadas aos *campi*, os alunos fazem questionamentos de informações que já estão disponíveis para acesso, mas é constatado que as informações não estão disseminadas.

Ressalvas aprovadas pelo Conselho:

- 1) No que se refere aos Polos EaD, substituir Pimenta Bueno por Presidente Médici;
- 2) Atualizar o organograma da instituição;
- 3) Revisão a numeração dos subitens.

O Conselho aprovou o Relatório de Gestão 2016 por unanimidade, com ressalvas.

2.3. Doação do terreno para o *Campus Jaru*, Processo nº 23243.000453/2017-35, Relator Prof. Dauster Souza Pereira;

O relator apresentou em seu Parecer que a área do *Campus Avançado Jaru* é de 4,9 hectares. O terreno foi doado ao IFRO pela Prefeitura de Jaru, está localizado à Avenida Ver. Otaviano Pereira Neto, nº 874, Setor 2 – Jaru/RO. Sua delimitação está destacada na imagem abaixo com linhas em vermelho:



Em 15 de abril de 2016 o MEC publicou a Portaria nº 246, que dispunha sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas no âmbito dos Institutos Federais. O modelo definido nesta Portaria para o *Campus Avançado Jaru* é o “IF Campus Avançado – 20/13”, ou seja, um *Campus* com previsão máxima de 20 docentes e 13 técnico-administrativos. Com a proposta de *Campus* no modelo 20/13, a previsão é que o *Campus* atenda no mínimo 400 alunos.

Em 24/01/2017, o Prefeito do Município de Jaru enviou um memorando ao Magnífico Reitor solicitando que o IFRO doe parte do terreno (1,10 hectares) para a Prefeitura Municipal. Por meio do Ofício nº

167/GP/2017, de 22 de fevereiro de 2017, o Prefeito informou que o espaço solicitado é para a construção da sede própria da Prefeitura de Jaru.

A dimensão total do terreno do *Campus* corresponde a 4,9 hectares e a solicitação da Prefeitura Municipal refere-se a uma área de 1,10 hectares, ou seja, 22% do total da área pertencente ao IFRO.



No dia 12/05/2017, o Senhor José Mendonça Bezerra Filho, Ministro da Educação, participou da solenidade de inauguração do Bloco Administrativo do *Campus* Avançado Jaru. Nesta data, o Ministro da Educação se comprometeu em viabilizar a mudança do modelo de *Campus* Avançado Jaru para o modelo de *Campus* 70/60 ao invés de manter o modelo atual que é 20/13, ou seja, o *Campus* passaria a contar com 70 (setenta) docentes e 60 (sessenta) técnico-administrativos.

A demanda apresentada pela Prefeitura Municipal de Jaru solicita parte do terreno destinado ao IFRO para construção e ampliação do *Campus* Avançado Jaru. Partindo do pressuposto que o modelo do *Campus* era 20/13, tendo a previsão de atendimento de aproximadamente 400 alunos presenciais, vislumbrava-se inicialmente, a possibilidade de atender ao pedido de doação de parte da área do *Campus* à Prefeitura Municipal.

Entretanto, o cenário referente ao modelo do *Campus* mudou após a visita do Ministro da Educação. Com a possibilidade de mudança de status do *Campus*, a proposta é que o mesmo se enquadre no modelo 70/60 (*Campus* Agrícola). Deste modo, existirá uma real necessidade de uma área maior para atendimento tanto aos servidores como aos alunos (130 servidores e aproximadamente 1.400 alunos presenciais).

Diante disso, o relator entende que enquanto não se resolver o impasse relacionado ao modelo do *Campus* (20/13 ou 70/60), torna-se inviável proceder com a discussão quanto à aprovação da doação do terreno para a Prefeitura, já que se for aprovado o modelo 70/60 não haveria possibilidade de efetivar a doação. O voto do relator não é favorável à doação neste momento, até a definição do *status* do *Campus*.

O Conselho deliberou sobre a perspectiva real de alteração do *status*, que passaria a ser um *campus* agrícola e, neste caso, precisará negociar a doação de uma área muito maior, rural, para a instalação da nova unidade. Tendo em vista a necessidade apresentada pela prefeitura pela área para construção de sua sede própria, e a relação de parceria pelo melhor atendimento da comunidade local, e que tratativas futuras poderão ser necessárias para solicitar à prefeitura a doação de outra área adequada o Conselho realizou a votação nominal para aprovar a doação de parte do terreno ou não.

O Conselho aprovou a doação de parte do terreno do *Campus* Jaru para a construção de sua sede própria, por maioria dos votos.

Resultado da Votação	
Favor	11 votos
Contra	02 votos (Dauster e Hélio)
Abstenção	02 votos (Diego e Wilton)

2.4. Indicação para Chefia da Auditoria Interna do IFRO, Processo nº 23243.002760/2017-51, Relator Prof. Gilmar Alves Lima Junior;

O relator destacou que a indicação aprovada pelo Consup da servidora Gleiciane Santos de Oliveira para ocupar o cargo de chefia da Auditoria Interna necessariamente precisará de aprovação da CGU (Controladoria Geral da União). O currículo da servidora apresentou comprovação de experiência em finanças públicas e atende as exigências da Portaria nº 915, de 29/04/2014. Considerou que a servidora designada preenche todos os requisitos para ocupação do cargo de chefia de auditoria interna.

A atual chefe da auditoria, servidora Leiliane Borges Saraiva pediu a exoneração voluntária.

O Prof. Dauster ressaltou a atuação preventiva da Audint, auxilia bastante a gestão da instituição.

A Prof.^a Maria das Graças sugeriu que para as próximas alterações da chefia da auditoria, abra-se oportunidade de seleção interna para esse cargo tão importante aos servidores que preencham os requisitos estabelecidos, proporcionando ainda a participação da comunidade interna e transparência. A Prof.^a Larissa esclareceu que no próximo PDI já contempla a previsão dos cargos que serão preenchidos por eleição.

A Sr.^a Leiliane agradeceu ao Conselho pelos 5 anos em que esteve a frente da auditoria e desejou sucesso à nova Auditora .

O Conselho aprovou a indicação por unanimidade.

2.5. Alteração RAD – Regulamento de Atividade Docente do IFRO – Resolução nº 89/CONSUP/IFRO/2016, Processo nº 23243.006457/2016-46, Relatora Prof.^a Marisa Rodrigues de Lima;

A relatora apresentou parecer favorável à alteração na redação para incluir as adequações de regime de trabalho docentes de 20h e 40h. Adequar o RAD às especificidades locais de quantitativo docente, e a proporcionalidade de carga horária de acordo com o regime de trabalho.

Alterar o Art.25 § 1º onde se lê: até atingir o mínimo de 10% do quadro docente do campus, leia-se: de no mínimo 5% até o máximo de 10% do quadro docente do campus.

Alterar o Art.18 §3º acrescentar: para os docentes de 40h/DE, e de no mínimo 4(quatro) horas semanais e máximo 6(seis) horas semanais, para docentes de regime de 20h.

Alterar o Art. 18 §4º acrescentar: para os docentes de 40h/DE, e de no mínimo 2(duas) horas semanais e máximo 3(três) horas semanais, para docentes de regime de 20h.

O Prof. Dauster esclareceu que as comissões são competentes para colocar novas situações e o documento pode ser revisto de tempos em tempos para adequações necessárias. Informou que as comissões já estão sendo formalizadas para coletar as demandas de ajustes no RAD.

O Conselho aprovou a alteração por unanimidade.

2.6. Criação e Autorização de Funcionamento de Curso:

- Técnico em Edificações Subsequente, *Campus* Porto Velho Calama Processo nº 23243.005294/2016-84. Este curso é ofertado desde os primeiros anos do IFRO, contudo ainda não tinha autorização de funcionamento formal feita pelo Consup. Seu PPC já está na terceira reformulação.
- CST Gestão Comercial, *Campus* Porto Velho Zona Norte. Este item foi incluído na pauta, tendo em vista que é um curso novo, seu PPC está pronto para ser apreciado pelo Cepex com parecer positivo da Proen. O Curso já está no processo seletivo e recebeu muitas inscrições, que é reflexo do sucesso dos outros cursos ofertados pelo *Campus*, além de ser uma demanda antiga da comunidade, apontada em pesquisas.

O Conselho aprovou as criações e autorizações de funcionamento dos cursos supracitados, por unanimidade.

3. Informes:

Patentes do IFRO – as informações já estão disponíveis no site.

Setec/MEC – A representante da Setec, Prof.^a Maria da Graça é Assessora Especial do Núcleo Estruturante da Política de Inovação (NEPI), e elucidou sobre a Política de Educação a Distância, como uma das várias políticas da Diretoria de Expansão Tecnológica. Ela explicou que o Programa e-TEC não acabou, mudou para Educação a Distância, incluído no Programa de bolsa formação. Anteriormente, o Programa financiava vagas, não observando a eficácia dos resultados, essas falhas foram apontadas pelos órgãos de controle. Para sanar as falhas, foi desenvolvido todo um controle do processo de execução e de conclusão dos cursos, com intuito de otimizar a permanência e êxito dos alunos. A questão da evasão e retenção impacta muito na EaD, o novo formato do Programa estabelece o mínimo de 75 % de conclusão dos cursos, este cálculo visa garantir e beneficiar a conclusão do curso, e que a instituição aplique mecanismos para mitigar a evasão.

Médio TEC - A Prof.^a Maria da Graça está acompanhando o Médio-TEC, ela ressaltou que para esses Cursos técnicos concomitantes, o IFRO já tem experiência com essa atuação há algum tempo. Em sua maioria, o

Médio TEC está sendo executado a distancia, são 60 mil vagas, mais de 75 mil propostas e havia orçamento para 60 mil e foi assim homologado. Em setembro 2016 edital MEC para que instituições privadas para fornecer vagas gratuitas sem repasses de recursos, ofertaram cursos FIC Ead, em lote de vagas divididas em 4 lotes, inicialmente apenas para EaD com 14 mil vagas. Esse Pronatec voluntário a demanda foi definida pelas instituições, como prefeituras e/ou outras instituições demandantes. A partir dia 15 de junho de 2017, qualquer pessoa poderá se inscrever no Pronatec voluntário.

O Prof. Uberlando mencionou sobre a dificuldade em fazer as definições para o Programa Bolsa Formação, no início do ano eram 110 mil vagas, à medida que o semestre avança, o IFRO, gradativamente, vai perdendo sua capacidade de oferta neste ano. Ele considerou que o instituto tem grande capacidade de oferta, com cerca de 100 polos EaD. Em anos anteriores, as ofertas eram demandas locais das comunidades e de acordo com a capacidade local. Na nova versão, as demandas são colocadas pelos demandantes, então se verifica que não há interesse da comunidade, e conseqüentemente a evasão é muito grande, assim como dificuldade no preenchimento das vagas. Essa definição de cursos pela instituição ofertante é muito mais eficaz e reflete de melhor maneira a realidade do interesse da comunidade local em participar dos cursos.

Outro ponto é a proposta de implantar 176 polos e no mínimo de 25 mil vagas. O Prof. Uberlando considerou que ao Estado interessa a formação da população que é grande e carente, e o IFRO atende a essa demanda de forma barata.

Ele salientou uma demanda em nome do Conif, não apenas do instituto, fez esse pedido à Conselheira representante da Setec para que as demandas sejam definidas pela instituição ofertante, tendo em vista que esta problemática de não interesse das comunidades locais em realizar determinados cursos. Como exemplo disso, 55 mil vagas foram disponibilizadas à Seduc, não foram preenchidas todas, já as vagas da Rede e-Tec foram todas preenchidas. Ele solicitou que haja um diálogo maior entre os institutos, que tem a expertise no assunto, e o Ministério, que tem a demanda.

A Prof.^a Maria das Graças esclareceu que o Pronatec voluntário será ofertado por instituições privadas e não serão ofertadas pelo Sistema S, e confirmou que levará o pedido à Setec.

Recursos Extraorçamentários - foram liberados para o IFRO em reforço com deputados em mediação junto ao Ministério.

Foi emitida uma Carta, com 38 naturezas de despesa de custeio que é o dia a dia da instituição, só pode utilizar 80%, significa que aumentou o número de alunos, servidores, aumentou-se o espaço e encarecimento inflacionário de algumas despesas, tudo isso considerado, essa redução de 20% é muito significativa.

A instituição pode optar por reduzir investimentos em capacitação de servidores, mas é uma decisão de gestão, que acredita que este é um investimento com retorno muito interessante para a instituição. O Prof. Uberlando relatou que alguns IFs cortaram despesas com segurança, como o IFPR está sem vigilância e segurança, não há como cortar despesas com limpeza. A situação é crítica nos *campi*, o quadro de motorista já foi reduzido ao mínimo, está impraticável essa portaria de limitação de utilização dos recursos.

Em estudos independentes apontaram que o orçamento dos IFs não é suficiente para manter a instituição. O IFRO conseguiu 6 milhões, com ajuda de parlamentares e ainda há demanda para mais 9 milhões. Ele ressaltou que faz as recomendações sempre aos representantes da SETEC, para apresentar essa situação crítica, muito delicada em que se encontram os institutos.

O Prof. Uberlando solicitou que as informações sejam repassadas nos *campi*.

Capacitação:

Pareceria UNESP, em Marília/SP - Minter em educação e Dinter, para início, em 2018.

Pareceria com IPP – Instituto Politécnico do Porto, em Portugal para oferta de Mestrado em Gestão Pública, que na realidade se apresenta mais barato do que em instituição brasileira.

Mestrado em informática – Está sendo organizado parceria para ofertar mestrado na área de informática

Maior número de mestres e doutores é uma demanda grande da região norte, o IFRO tem uma política muito forte de capacitação, tendo em vista que não se pode exigir essa titulação para contratação dos servidores. Em breve, cerca de 50% dos servidores do IFRO terão titulação de mestrado e doutorado, isso é uma grande conquista para o Instituto, que já ultrapassou a expectativa do planejamento que fora realizado no início da gestão, em 2015, com meta de 300 servidores mestres; já são 230. A meta foi então aumentada para 400 servidores mestres, até o fim da gestão.

Comunicação – está sendo implantada a interligação de internet pela *infovia* entre os *campi*, a expectativa é de melhorar as atividades e reduzir gastos. Em contrapartida pela utilização do painel de indicadores criado pelo IFRO, que o ministério de comunicação quer utilizar e ofertou internet como contra partida; já que a demanda de internet está sendo atendida, será possível negociar outra contrapartida, como a de equipamentos.

Encerramento da Reunião

O presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. E eu, Flávia Cristina do Nascimento Anziliero, Secretária Executiva, lavrei esta ata.